REVOGA JÁ!

PORQUE REVOGAR A REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO!

IVAN VALENTE

REVOGA JÁ!

PORQUE REVOGAR A REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO!

Ivan Valente

São Paulo • junho • 2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:
Revoga Já - Porque revogar a reforma do Novo Ensino Médio! 6

IVAN VALENTE:
A quem interessa o Novo Ensino Médio? 8

MÁRCIA APARECIDA JACOMINI:
Por que a Contrarreforma do Ensino Médio é tão importante para as classes dominantes? 14

ANA PAULA CORTI:
A *Ifoodização* da educação no "Novo" Ensino Médio 20

Depoimentos 24

Revoga Já - Porque revogar a reforma do Novo Ensino Médio!

Em 2016, não contentes com o cínico golpe aplicado contra a presidenta Dilma Rousseff, que mergulhou o país numa era de trevas até a vitória de Lula no ano passado, derrotando Bolsonaro e sua política de morte, Michel Temer e os poderosos do Brasil perpetraram uma de suas mais nefastas "contribuições" à nação, a famigerada reforma do Ensino Médio, atropelando o debate democrático da área e implementando uma das maiores falácias já cometidas contra o sistema educacional brasileiro.

A partir daí, e apesar de toda a luta e resistência de docentes, estudantes e de todas as pessoas envolvidas com o setor de educação, o que se viu foi o recrudescimento das distâncias e das desigualdades entre pobres e ricos, entre pessoas brancas e negras, entre aquelas que podem pagar uma fortuna numa escola privada, para seguir usufruindo do acúmulo de conhecimento produzido ao longo da aventura humana e aquelas entregues a todo tipo de mal-intencionado ou néscio disposto a ensinar conteúdos fundamentais, como, por exemplo, "O que rola por aí", "RPG", "Brigadeiro caseiro", "Mundo Pets SA" e "Arte de morar"...

O objetivo desta publicação é tentar ir um pouco mais fundo na questão, trazendo visões complementares sobre o NEM e quais as soluções a serem aplicadas na pós-revogação da reforma.

A palavra resistente do deputado federal Ivan Valente, histórico combatente das trincheiras da educação, colaborador incansável na elaboração do Plano Nacional de Educação, e militante pela escola pública, gratuita e de qualidade social, ao longo de seus mandatos como deputado estadual em São Paulo e como deputado federal.

Trazemos também as palavras balizadoras das professoras-doutoras e pesquisadoras da Educação, Ana Paula Corti, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e Márcia Jacomini, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), militantes da área educacional há décadas que, com seus textos, jogam luz na questão do recrudescimento das desigualdades e na educação voltada para o mercado que a reforma do Ensino Médio implementa.

Esperamos que esta publicação ajude na compreensão da necessidade premente de nos unirmos em torno à bandeira da imediata revogação da reforma do ensino médio, para que possamos, juntas e juntos, reconstruir o setor através do debate democrático e propositivo que caracteriza o movimento de educação no Brasil desde sempre! Boa leitura a todas e todos! Nos vemos na luta! **REVOGA JÁ!**

IVAN VALENTE

A quem interessa o Novo Ensino Médio?

Foto: Rovena Rosa/Agência Brasil

O Novo Ensino Médio deveria estar acima de diferenças ideológicas. Mesmo com difícil implementação, não faz sentido retroceder à estaca zero. O esforço para oferecer uma escola mais atrativa para os alunos e conectada com as suas expectativas de vida e carreira deve ser permanente.

Luciano Huck

O NEM é uma política educacional paradoxalmente centralizante e indutora de fragmentação. Promete uma revolução educacional sem precedentes, mas com investimento mínimo. Desorganiza as redes de ensino ao mesmo tempo em que bafeja veleidades de eficácia e de eficiência gestionária. Com tantas camadas de contradições, não surpreende que, entre os primeiros efeitos da reforma observados nas redes estaduais, esteja o aprofundamento das desigualdades escolares, seja entre escolas públicas e privadas, seja internamente às redes públicas.

Fernando Cássio

Em 2017, o Congresso Nacional aprovou a lei federal ordinária 13.415, a partir da conversão da medida provisória 746 de 2016, alterando e estabelecendo novas diretrizes para o ensino médio no Brasil. Alguém que não estivesse atento aos debates de anos sobre essa etapa do ensino no país diria, açodadamente, que tal medida constitui um avanço na educação nacional, haja vista a enorme evasão escolar registrada durante décadas nesse estágio da trajetória acadêmica e a aparente desconexão das disciplinas obrigatórias com as realidades (e necessidades) múltiplas da juventude brasileira em pleno século XXI. Contudo, tal impressão seria apenas isso, uma sensação profundamente equivocada.

Todas as pessoas que militam na educação brasileira sabem que vínhamos discutindo este tema há muito tempo, preocupadas e preocupados que estávamos com os evidentes problemas dessa etapa da vida escolar. Buscávamos um formato que articulasse os conteúdos necessários e fundamentais à formação e à preparação da juventude, com uma abordagem mais atraente, mais conectada com as realidades da gente jovem brasileira, incorporando os novos desafios e as novas tecnologias que nos oferece a sociedade contemporânea. Mas, para isso, era preciso levar em consideração os critérios estabelecidos para o Ensino Médio, definidos em 1996 na Lei de Diretrizes e Bases da Educaçãoe e atualizados desde então pelo Congresso Nacional. As diretrizes e bases do Ensino Médio, acertadamente, projetam uma formação para a vida presente e para o futuro mundo adulto, uma formação humana, mas também uma preparação para o mundo do trabalho e, em conformidade com estas

diretrizes, propor que as chamadas disciplinas, tanto as tradicionais como as novas, surgidas nos últimos anos de grande ebulição na vida de todas e todos nós, realmente funcionassem de maneira transversal, que as escolas pudessem ter liberdade para instituir um ensino verdadeiramente inter e transdisciplinar, conectando os múltiplos conhecimentos à disposição, seja os que advêm da formação de docentes e estudantes, seja os que, aparentemente, estão de fora dessa formação, mas que compõem a vida e a realidade de cada pessoa que milita na comunidade escolar.

Assim, os conteúdos que fazem parte das nossas vidas, escolares ou não, disciplinares ou não, estariam disponíveis às e aos estudantes, a partir das disciplinas tradicionais e através de um ensino interdisciplinar, coordenado pelo corpo docente de cada escola e em constante debate interno, tornando verdadeiramente concreta a interdisciplinaridade e a transversalidade. Tal método, rejuvenesceria o ensino para alunos e alunas e para professoras e professores, todas e todos mergulhados no processo dialético que é a aprendizagem. No entanto, as elites brasileiras não gostam de projetos democráticos e emancipadores...

O que aconteceu a partir do atropelo da MP de Michel Temer e da sua posterior transformação em lei, foi exatamente o contrário do que educadoras e educadores, alunas e alunos, desejavam e precisavam.

As razões que nos fizeram ser veementemente contrários à reforma do ensino médio e que agora nos fazem clamar por sua imediata revogação, estão marcadamente expressas na Carta Aberta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio, publicada no site da REPU (Rede Escola Pública e Universidade), assinada por um sem-número de associações, coletivos, entidades e grupos de pesquisa, espalhados por todo o território nacional. Neste texto, quero me ater em especial a um dos motivos que me fazem ser frontalmente a favor da revogação imediata desta lei que impõe uma desqualificação do ensino médio no Brasil, que o transforma num ensino utilitarista. A saber, os famigerados "itinerários formativos", que transformaram um rico debate interdisciplinar, que respeita os saberes acumulados e propõe a incorporação de novas temáticas e métodos, num arremedo, numa aberração! Nas palavras da Carta Aberta pela revogação:

> Induz jovens de escolas públicas a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade e ofertados de maneira precária em escolas sem infraestrutura. Evidência disso é o Projeto de Lei 6.494/2019 que tramita na Câmara dos Deputados e visa alterar a LDB, propondo o aproveitamento "das horas de trabalho em aprendizagem para efeitos de integralização da carga horária do Ensino Médio até o limite de 200 horas por ano". Mais uma vez, o que se propõe é a interdição do acesso qualificado ao conhecimento científico, à arte, ao pensamento crítico e reflexivo para a imensa maioria dos jovens que estudam nas escolas públicas, e que respondem por mais de 80% das matrículas do Ensino Médio no país.

Foto: Luiza Castro/Sul21

Ora, parece-me evidente que o objetivo das elites brasileiras é vender, embrulhado num laço de fita, um "canto de sereia", uma ideia "genial" de que a juventude mais pobre, os de baixo como dizia o mestre Florestan Fernandes, deve abandonar o conhecimento científico acumulado ao longo de séculos, o espírito crítico que forma consciência e os prepara para a emancipação, para a reflexão social e para a política necessária nessa etapa da vida, de decisões e definições do que será a vida adulta,

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

substituindo as disciplinas tradicionais por pérolas como "RPG-Conquistadores do Mundo", "Torne-se um milionário" ou "Meu mundo, meu futuro, me ajuda a construir".

Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, no último 17 de março, antes da suspensão da aplicação do Novo Ensino Médio, eram ofertadas 1.526 novas disciplinas (?!) pelas escolas públicas estaduais, e esse número ainda pode ser muito maior, haja vista a total autonomia dada pela reforma para que cada escola crie quantos e quais componentes curriculares acharem necessários. Ora, todas e todos sabemos que os remédios que prometem a cura de todas doenças são como os emplastros Brás Cubas, ou seja, não servem para absolutamente nada, apenas para fingir da forma mais descarada possível, cínica, que lhes estão abrindo "novos" caminhos, "novas" possibilidades.

Aqui, entra a grande armadilha do discurso e da prática neoliberal das elites brasileiras. Desobriga-se essa elite de cumprir minimamente sua obrigação como detentora dos meios de produção, a saber, produzir, colocar seu capital em circulação, estimular o desenvolvimento econômico, abrir postos de trabalho para a classe trabalhadora. A burguesia brasileira emprega cada vez menos gente e multiplica seu capital na ciranda financeira, beneficiando-se da obscena taxa de juros praticada no Brasil. Assim, qual a solução que propõe para o ensino médio, principalmente público, para a formação dos e das jovens oriundos da classe trabalhadora, capitalistas como este da epígrafe deste texto? Ora, para quê estudar disciplinas tradicionais e o conhecimento científico acumulado durante séculos, pesquisas que ajudam as pessoas a pensar e que lhes dão instrumentos para transformar sua vida e a vida de outras pessoas? Para quê lhes servirão estes conteúdos? Por quê ter acesso aos mesmos conteúdos e métodos de aprendizagem que as elites dispõem em suas escolas caríssimas? Melhor plantar em suas cabeças o germe perigoso da ideia de "empreender", não porque seja absurda a ideia da pessoa ter seu pequeno negócio, mas sim porque esta é uma proposta inexequível, falaciosa, ainda mais num país tão desigual como o Brasil! E convenhamos, até para empreender, é necessário conhecimento e estudo de verdade.

Poderia discorrer sobre mais um sem-número de motivos para defender a revogação dessa lei que feriu de morte o ensino médio e dificultou ainda mais o acesso da população pobre ao conhecimento e à ciência. Disciplinas sem qualquer método ou comprovação na realidade; ampliação do ensino integral, sem quaisquer contrapartidas na infraestrutura e preocupações na manutenção das e dos jovens trabalhadores na escola; a pulverização das disciplinas, sem qualquer critério de criação, acentua a fragmentação das disciplinas, causando um caos na organização dos conhecimentos adquiridos pelas e pelos estudantes; desregulamenta a profissão docente, permitindo que qualquer pessoa, de qualquer área, sem nenhum preparo didático e pedagógico, possa ministrar cursos regulares, e mais inúmeras razões que fazem desta lei um verdadeiro desmonte de uma etapa fundamental na formação humana, social, política, para a vida de nossas e nossos jovens. Revoga já a Reforma do Ensino Médio!

MÁRCIA APARECIDA JACOMINI - Professora e pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Por que a contrarreforma do ensino médio é tão importante para as classes dominantes?

Foto: Abraão Cruz/TV Globo

Ao elaborar o conceito de Estado Integral, Antonio Gramsci dedicou atenção ao fato de que desde a revolução francesa, como narrou Daniel Halévy no livro Decadência da liberdade, as decisões dos organismos políticos não derivavam do sufrágio universal, ou das instâncias do Estado em sentido restrito, mas de um conjunto de organismos privados (JACOMINI, 2022). O que Gramsci buscou destacar é que não são as instâncias da sociedade política (parlamento, governo, forças armadas e judiciário) que definem as políticas de Estado, mas principalmente os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) que influenciam e impõem as políticas que coadunam com seus interesses de classe e fração de classe.

Começo este texto, que tem como objetivo contribuir com o debate sobre a reforma do ensino médio, com esta reflexão porque é fundamental compreendermos o proeminente interesse que a classe dominante brasileira tem apresentado na definição das políticas educacionais, especialmente a partir dos anos de 1990. Digo especialmente, porque a burguesia sempre teve interesse e orientou as políticas educacionais, mas, nas três últimas décadas, a atuação dos APHs adquiriu contornos que precisam ser analisados tanto para melhor compreensão do processo quanto para organizar a resistência, os embates teóricos, políticos e práticos em defesa da educação pública básica, aquela destinada às classes em condições de subalternidade.

Embora a Constituição de 1988 tenha proporcionado avanços em termos dos direitos civis, políticos e sociais, as mudanças políticas ocorridas a partir dos anos de 1990 trouxeram um conjunto de contrarreformas que se expressaram nas privatizações, na reforma do Estado de 1998 do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), nas reformas da previdência de 1998, 2003, 2013, 2015 e 2019 (respectivamente, nos governos FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro), e na reforma trabalhista de 2017 no governo de Jair Bolsonaro. Da perspectiva dos direitos sociais podemos chamar todas elas de contrarreformas.

No campo educacional, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB/96) ficou aquém dos anseios dos movimentos em defesa da escola pública que atuaram no processo constituinte e que escreveram um projeto de lei, apresentado ao congresso nacional ainda em 1988; mas trouxe uma concepção de educação básica que contempla da educação infantil ao ensino médio, ou seja, um período em que é direito de toda criança e adolescente frequentar a escola e dever do Estado garantir o acesso à uma educação de qualidade. A Emenda Constitucional n. 59/2009 consagrou este direito tornando obrigatório o ensino dos quatro aos 17 anos, da pré-escola ao ensino médio.

O ensino médio previsto na LDB/96 tem como finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos por meio da "compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina". Visa, portanto, garantir uma formação comum à juventude brasileira que lhe permita participar da vida social de forma crítica e criativa, realizar curso técnico profissional de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio e o ingresso em cursos de nível superior após conclusão desta etapa.

Desde a década de 2000, tem sido construída uma ideologia (no sentido usado por Marx) a respeito do significado do que é educar a

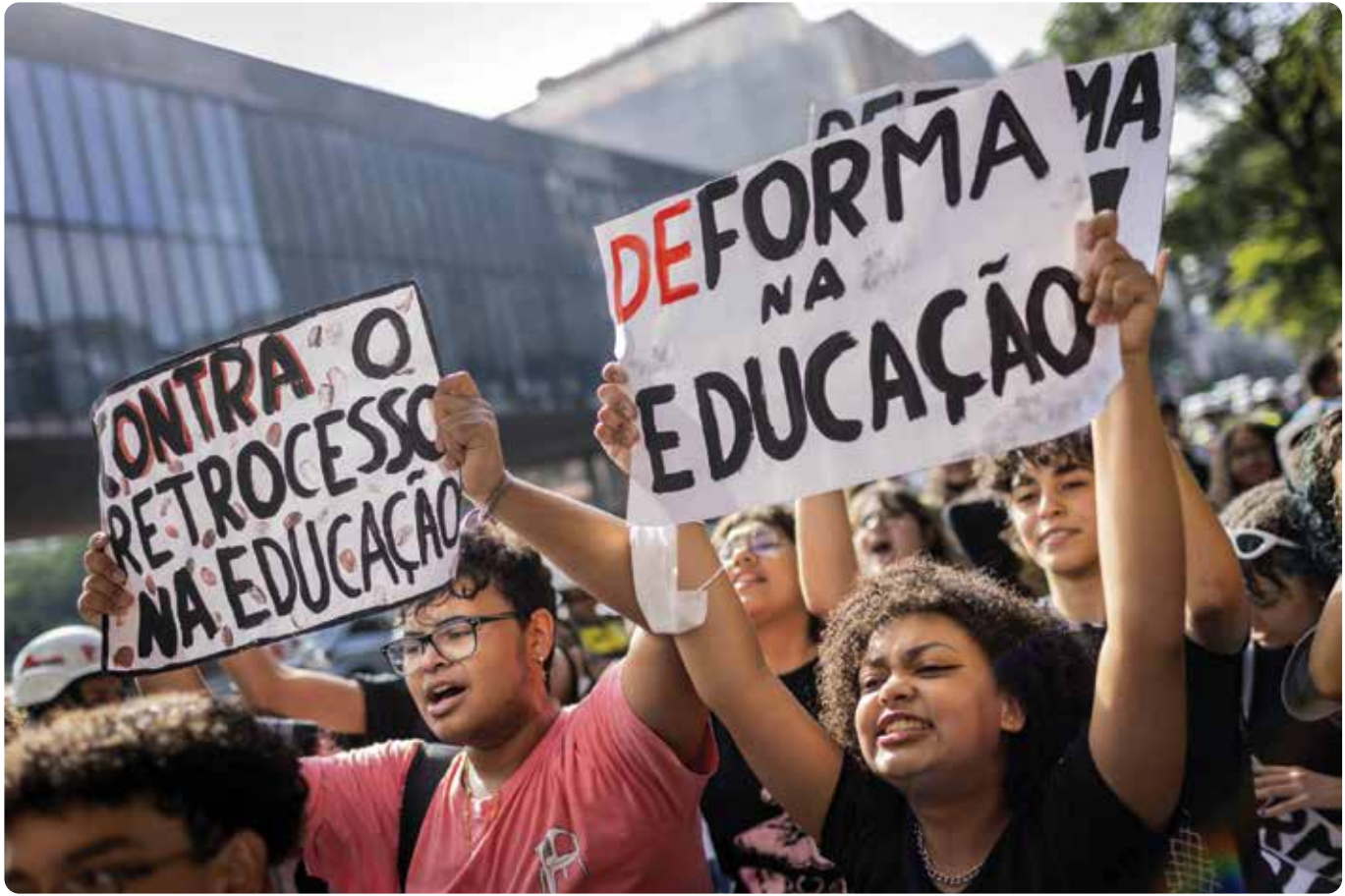
população, principalmente sua juventude, e sobre a inadequação do ensino médio às classes populares, tomando o desinteresse dos jovens por esta etapa do ensino e as altas taxas de evasão como justificativas para mudar esta etapa da educação básica. Do ponto de vista dos profissionais da educação e das comunidades escolares (estudantes e familiares) os problemas do ensino médio vinculam-se a duas questões centrais: a) o fato de a escola não estar equipada com os insumos básicos para o aprofundamento do conhecimento nas aulas de física, química, biologia, entre outras, o que implicaria ter laboratórios para que a teoria e a prática pudessem subsidiar a compreensão dos fenômenos e dos fundamentos científicos; bibliotecas e material suficiente para que os estudantes possam mergulhar nos conhecimentos literários, filosóficos, sociológicos, históricos e artísticos; b) a necessidade de parte significativa da juventude realizar atividades remuneradas para contribuir no sustento da família, demandando frequentar a escola no período noturno, com praticamente nenhum tempo disponível para se dedicar aos estudos.

Do ponto de vista dos reformadores, aqueles que vêm há duas décadas alimentando a ideologia da inadequação do ensino médio, a motivação é outra. O que se comprova com o fato de que a reforma não muda em nada as condições de infraestrutura das escolas para a realização de um ensino médio mais adequado aos interesses dos jovens e capaz de articular teoria e prática.

Para eles, o discurso da inadequação do ensino médio tem como objetivo responder a duas questões centrais: a) dar um sentido de terminalidade ao ensino médio com vistas a distensionar a pressão ao ensino superior, uma vez que a ampliação da universidade pública está aquém da demanda e a parcela da população que pode arcar com os custos do ensino superior privado, mesmo aquele considerado de baixo custo, é pequena; b) adequar a formação ou a pseudoformação da juventude às mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho sob a égide da sistemática eliminação de postos de trabalho mundo a fora por meio da automação, robotização e utilização de algoritmos de inteligência artificial necessários para a reprodução continuada do capital. O mundo do trabalho, para o capitalismo, deve ser substituído pelo "empreendedorismo" e pelo individualismo social.

Assim, propõem formar jovens que tenham como projeto de vida tornar-se empreendedores, pois lhe é dada a certeza de que com vontade, empenho e dedicação todos podem ser "patrões"; "visto haver espaço para todos no capitalismo", todos podem ser bem-sucedidos. Querem jovens resilientes para resistir às precárias condições de vida e de trabalho individualmente; jovens que acreditam na meritocracia, independentemente de qualquer outra condição de vida, e assumam que seu fracasso é produto de sua incapacidade ou falta de dedicação; jovens cujos conhecimentos derivados das disciplinas, que compunham o currículo do ensino médio até a reforma, sejam diminuídos ou inexistentes e no lugar sejam colocados conteúdos fragmentados, e com pouco aprofundamento por meio de itinerários formativos que obrigam estudantes de 14, 15 e 16 anos a escolherem se querem aprender química ou história, destruindo portanto a compreensão de que ambas são fundamentais para a formação dos estudantes nesta faixa etária.

As mudanças na conjuntura a partir de 2016, num contexto de reacionarismo e autoritarismo que atacou a frágil democracia


DEFORMA NA
EDUCAÇÃO
ONTRA O
RETROCESSO
NA EDUCAÇÃO

brasileira e fortaleceu as pautas conservadoras e ultraliberais abriu caminho para importantes retrocessos na área educacional. Entre muitos, há dois que se apresentam como os mais difíceis de reverter porque se constituem como contrarreformas importantes às classes dominantes: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio.

Se o conteúdo e a forma escolar sempre estiveram em alguma medida sob o controle das classes dominantes e dirigentes, no atual contexto em que as promessas educacionais iluministas e liberais, mesmo sob seus próprios limites, não podem ocorrer, cabe a estas classes, por meio de distintas instituições, fundações, associações (APHs), intervir de forma direta nas políticas educacionais para que a escolarização da população em condição de subalternidade seja enquadrada nas novas configurações do sistema produtivo (ANTUNES, 1999; BRAGA, 2003) e na racionalidade neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016).

A contrarreforma do ensino médio está diretamente relacionada à BNCC, principalmente quando esta aprofunda a orientação do ensino por habilidades e competências, inclusive emocionais, adota a linguagem da aprendizagem em detrimento da linguagem da educação (BIESTA, 2013) e reforça as avaliações externas.

Em relação ao ensino médio, na perspectiva dos reformistas, é necessária uma mudança ainda maior no que se refere ao conhecimento científico, organizado de forma disciplinar e muitas vezes trabalhado de forma interdisciplinar nas escolas. Trata-se de desestruturar (diversificar na linguagem dos reformistas), de fragmentar (organizar conteúdos de

forma interdisciplinar na linguagem dos reformistas) e, principalmente, retirar conteúdos fundamentais à formação da juventude (apresentar conteúdos mais afeitos aos interesses dos jovens na linguagem dos reformadores), só assim seria possível um ensino médio que ao mesmo tempo em que aumenta a carga horária, diminui aquela destinada à formação comum a todos/as estudantes e precariza a formação dos/as estudantes das escolas públicas, mais de 80% dos/as matriculados/as no ensino médio.

Aquele ensino médio anteriormente criticado porque tinha muitas disciplinas (13), agora comporta centenas de "disciplinas", cujos conteúdos se estruturam sob uma lógica em que os estudantes são colocados frente a atividades de resolução de problemas para as quais lhes faltam conhecimentos científicos para resolver, conduzindo o ensino para um grau de senso comum inaceitável. Esse praticismo das habilidades e competências, desprovido dos conhecimentos teórico-práticos em nada contribui para a formação autônoma e crítica dos estudantes.

Os conteúdos das centenas de disciplinas, componentes curriculares ou outros nomes, a depender da rede estadual, poderiam ser organizados na estrutura disciplinar do currículo com proposta de desenvolvimento interdisciplinar de forma a oferecer aos estudantes a "compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina", como forma de concretizar o direito à educação.

O Novo Ensino Médio não é passível de reformulação porque foi concebido com base no aumento da desigualdade e dualidade escolares e sua implementação tem indicado problemas de toda ordem. Portanto, será necessário mudar completamente a lei n. 13.415/2017, sendo isso tarefa daqueles cujo compromisso é com a escola pública de qualidade e com uma sociedade mais justa e democrática.

O ensino médio, como parte da educação básica não pode retroceder. É necessário garantir uma carga horária mínima de 2.400 horas de formação geral com a presença de todas as disciplinas da BNCC nos três anos e oferta presencial. A parte diversificada do currículo deve ser organizada além das 2.400 horas, de forma a aumentar a carga horária total do ensino médio. A oferta e escolha dos itinerários formativos não podem prejudicar a formação geral e comum aos/as estudantes das classes populares, para os quais a escola é um dos principais espaços de acesso ao conhecimento sistematizado das diversas áreas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: Educação democrática para um futuro humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial.** São Paulo: Xamã, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Antonio Gramsci e a pesquisa educacional.** São Paulo: Alameda, 2022.

ANA PAULA CORTI - Professora e pesquisadora do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), membro da Rede Escola Pública e Universidade (REPU)

A *Ifoodização* da educação no "Novo" Ensino Médio

O Ensino Médio tem sido um foco importante do "ativismo empresarial" brasileiro. É com al-guma surpresa e com certo constrangimento, que lemos no site do Ifood[1] - uma empresa que repre-senta de forma irretocável o "novo mundo do trabalho" desregulamentado, a seguinte chamada: "*O iFood não está sozinho em seu propósito de alimentar o futuro com educação. Para entregar resul-tados nessa missão, a empresa se alia a ONGs como a Todos pela Educação.*"

Relações tão próximas e colaborativas entre uma das principais representantes da economia plataformizada e uma coalização empresarial que é a principal defensora da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2007) apenas torna cada vez mais explícita a agenda empresarial para a educa-ção brasileira, intensificada e acelerada a partir de 2016, com a ruptura institucional que levou Te-mer ao poder e que abriu caminho para a eleição do primeiro governo de extrema-direita no Brasil.

Parece coerente que uma empresa como o Ifood, cujo modelo de negócios está baseado numa nova gestão e controle do trabalho, resolva investir no lobby educacional privado do *Todos pela Educação (TPE)*, unindo forças aos que defendem uma educação que forme a subjetividade "em-preendedora" das novas gerações. Para isso, além do empreendorismo, foram inseridas no currícu-lo as chamadas habilidades sócio-emocionais (conhecidas como *soft skills*[2]) e a disciplina de Projeto de Vida, promovendo uma formação que permita aos entregadores se enxergarem não como os tra-balhadores precarizados que são, mas como pequenos empresários gerindo seu próprio negócio. Pa-rece um investimento promissor.

A metáfora do Ifood alimentando o futuro da educação da juventude brasileira soa mal, uma vez que a empresa não oferece nenhum tipo de estímulo à permanência ou continuidade dos estudos a seus "colaboradores", em sua grande maioria jovens pobres, que atuam dentro de condições precá-rias de trabalho e sem nenhum direito trabalhista. Mas em compensação, o Ifood é uma das empre-sas financiadoras dos MAPPAs no estado de São Paulo[3] (Material de Apoio ao Planejamento e Prá-ticas do Aprofundamento), material didático oferecido pela Secretaria Estadual de Educação para a implementação dos itinerários formativos previstos na Reforma do Ensino Médio. O Ifood parece estar mais interessado em influenciar diretamente o currículo de milhares de jovens do que estabe-lecer uma política corporativa que ofereça boas condições de trabalho e remuneração aos seus "co-laboradores".

Grégoire Chamayou (2020) analisa em seu livro os novos modelos empresariais que emergi-ram após os anos 1970 e mostra que, além das questões econômicas, as empresas sempre estão às voltas com a questão das "artes de governar" seus negócios. A entrada do discurso da responsabili-dade social e ambiental nas corporações teria sido uma nova resposta dada para essa governança, disseminando uma "moral empresarial" que passou a advogar a responsabilização ética da empresa,

---

1 Empresa brasileira criada em 2011 e que é atualmente o maior aplicativo de entrega de refeições da América Latina. Os entregadores são considerados prestadores de serviço, sem nenhum vínculo empregatício com a empresa. Segundo a Isto É Dinheiro, em ranqueamento realizado em 2022 o Ifood ocupou a 3a posição na lista das marcas mais valiosas do Brasil, atrás apenas do Nubank e da Tramontina.

2 O Instituto Ayrton Senna é um dos principais propagadores da inclusão das habilidades sócio-emocionais no currículo das escolas públicas. Seu modelo baseia-se em cinco competências socio-emocionais gerais : Autogestão, Engajamento com os outros, Amabilidade,. Reiliência emocional, Abertura ao Novo.

3 Os outros apoiadores descritos no material são Instituto Sonho Grande, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Telefôni-ca Vivo.

que tinha como contraparte, sua irresponsabilização no plano econômico. Afinal, o que a moral chama de má conduta- a degradação ambiental, por exemplo- a economia chama de boa conduta (CHAMAYOU, 2020).

Essa espécie de "moralização" do capitalismo passa a envolver cada vez mais as empresas num papel ativo de responsabilidade social por meio de Fundações, Institutos e sua rede de filantro-pia e ações de advocacy. O "ativismo empresarial" também atua em defesa da desregulamentação das legislações ambientais e sociais (*soft laws*), ao lado de uma forte regulação jurídica do direito à propriedade intelectual (*hard laws*) (id., ibid.). Mais uma vez o caso do Ifood é exemplar, uma vez que seu modelo de negócios está assentado na retirada de direitos trabalhistas, mas também na ga-rantia da propriedade intelectual de sua plataforma. Nisso o Ifood não está sozinho, pois as empre-sas e bancos coligados ao TPE já vem, há décadas, pavimentando o caminho da "moralização" de suas operações por meio de seus braços filantrópicos e blindando qualquer responsabilização jurídi-ca, econômica ou social pelos impactos sociais e ambientais de suas atividades econômicas.

De fato, o "Novo" Ensino Médio defendido por grupos empresariais e pela filantropia brasi-leira apoiada por grandes fortuna consiste numa educação barata, rápida, "customizada", uma ver-dadeira ilha da fantasia banhada por "liberdade de escolha" por todos os lados. À medida em que os efeitos da implementação vão aparecendo, o "glamour" da propaganda vai cedendo espaço às críti-cas e à revolta diante de um currículo rebaixado com a diminuição de todas as disciplinas clássicas, do emprego de ensino remoto e aplicativos para cortar custos com professor , desinteresse dos estu-dantes por itinerários que eles consideram superficiais e repetitivos e estreitamento dos horizontes para que os jovens ingressem no ensino superior.

No "Novo" Ensino Médio não faltam aplicativos, gamificação, tik toks, hashtags e assuntos "instagramáveis". Também não faltam algoritmos e muita publicidade. Em pesquisa realizada no buscador "Google" com a expressão "BNCC Ensino Médio[4]" encontrei o seguinte resultado:

1º lugar: Instituto Reúna (patrocinado)
2º lugar: Instituto Unibanco (patrocinado)
3º lugar: Fundação Lemann (patrocinado)
4º lugar: MEC

[4] A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio é uma política associada à Lei 13.415/2017- Reforma do Ensi-no Médio, aprovada em dezembro de 2018 e que estabelece um currículo de no máximo 1800 horas definido por com-petências, habilidades e áreas de conhecimento, excluindo as disciplinas e os conteúdos escolares do Ensino Médio- com exceção de Língua Portugesa, Matemática e Inglês.

Assim como "a lógica das plataformas digitais se mostra atualmente como o principal campo de experimentação do capital" (MACHADO, ZANONI, 2022) que retira direitos trabalhistas e aposta na erosão da identidade do trabalhador, a Reforma do Ensino Médio parece ser uma experi-mentação educacional correlata no que diz respeito ao enfraquecimento do direito à educação como um bem coletivo e social, produzindo o "indivíduo neoliberal", customizado consoante a lógica concorrencial do mercado. Ao invés de formar aquele que aprende- o estudante, aluno ou educando- trata-se antes de formar aquele que "empreende".

A escola como instituição sustentada pela transmissão do conhecimento e pelas trocas interge-racionais construiu a categoria do "aluno" ao longo do processo de expansão da escola moderna (SACRISTÀN, 2005) e que parece estar cada vez mais esvaziada diante do enfraquecimento da construção de um "ofício de aluno" (PERRENOUD, 1995) em reformas curriculares que vem reti-rando os conteúdos escolares do centro do processo de ensino. No "Novo" Ensino Médio verbos como saber, conhecer, refletir, pensar e ler perdem terreno para empreender, inovar, modernizar, fazer, agir. Nada poderia estar mais distante nessa mudança do que a superação entre trabalho inte-lectual e manual- trata-se, antes, da atualização da dicotomia entre "ação" e "reflexão" buscando manter a histórica dualidade educacional entre uma escola para a classe dirigida e outra escola para as classes dirigentes. Nada de práxis e de dialética nessa reforma educacional que já nasceu velha e tem sido rejeitada de forma contundente pelos estudantes nas ruas e dentro das escolas.

REFERÊNCIAS

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável.** Uma genealogia do liberalismo autoritário. São Pau-lo: Ubu Editora, 2020.

MACHADO, S.; ZANONI, A. P.. Demandas de direitos no trabalho por plataformas digitais no Brasil: o enfoque dos trabalhadores. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-15, 2022.

SACRISTÀN, G. **A invenção do aluno.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

PERRENOUD, P. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar.** Porto: Porto Editora, 1995.

KEIT LIMA Militante do Movimento Negro em São Paulo

A reforma do ensino médio ataca as pessoas pobres, nos coloca num lugar de mão-de-obra barata e nos retira da disputa da academia e de outros espaços. Nossa luta é por uma educação PÚBLICA de qualidade, que erradique a desigualdade, emancipatória!

Sucatear a educação pública é um projeto político que coloca os pobres numa não-disputa de novas narrativas de vida!

INÊS PAZ Professora e Vereadora do PSOL/Mogi das Cruzes/SP

O Novo Ensino Médio fragmentou e sucateou o conhecimento. A construção de uma educação pública e de qualidade passa pelo debate com a sociedade civil, com quem está no chão da escola. Não há como melhorar uma proposta que já nasceu de forma arbitrária e antidemocrática! REVOGA JÁ!

PAULO BUFALO Professor e Vereador do PSOL Campinas/SP

O Novo Ensino Médio não resolve os problemas da educação, piora a qualidade e aumenta a desigualdade entre estudantes ricos e pobres. Sua concepção é reduzir o conhecimento às demandas do mercado. Por isso a luta é pela revogação integral!

ANABELLA PAVÃO DA SILVA
Assistente Social Judiciária e Vereadora do PSOL em Batatais/SP

A Reforma do Ensino Médio reforça uma educação bancária, de sujeição dos indivíduos à lógica da exploração capitalista. O "novo" currículo obstrui a formação de sujeitos críticos, que lutem por uma sociedade mais justa. O objetivo deve ser qualificar o ensino, o trabalho docente e as condições das Escolas, para uma formação, me atrevo a dizer, emancipadora, transformadora. Por isso nos posicionamos contra a reforma em vigor!

RAMON FAUSTINO Vereador do PSOL de Ribeirão Preto/SP

O novo ensino médio, pautado num modelo limitador e superficial de aprendizagem, representa um retrocesso para a nossa educação. É preciso proporcionar aos nossos jovens uma educação verdadeiramente integral, capaz de garantir o desenvolvimentos dos nossos educandos, em todas as suas dimensões!

SÉRGIO CUNHA Executiva Estadual da APEOESP

A Reforma do Ensino Médio nas escolas paulistas mostra que o governo Tarcísio não conseguiu entregar 1000h/a letivas anuais. Não há aulas e o governo não tem conseguido cumprir a lei. Boa parte dos estudantes dos municípios de SP não têm acesso aos itinerários formativos. A falácia de que os estudantes têm "liberdade de escolha, um currículo atraente" é uma farsa!

DJALMA NERY Vereador do PSOL de São Carlos/SP

O Novo Ensino Médio não interessa à juventude, aos profissionais da educação e nem ao povo brasileiro. Revogá-lo deve ser um compromisso de quem defende um país mais justo e soberano, e se preocupa com as novas gerações e com o meio-ambiente!

CAROLINE MARIA SANTOS
Secundarista até 2021 e hoje, aluna de Economia da PUC/SP

O novo ensino médio amplifica a desigualdade entre os adolescentes brasileiros, ao limitar o acesso de áreas do conhecimento fundamentais para construção social. E é importante dizer que não iremos acatar a privação do conhecimento disfarçada de solução para educação!

RICARDO ALVAREZ Professor e Vereador do PSOL de São Carlos/SP

A revogação do NEM é um passo necessário para permitir uma boa formação a quem frequenta a escola pública. Não é retomar o Ensino Médio da forma como era, que precisava de muitas transformações, mas sim, de impedir a pauperização do currículo e dos espaços escolares previstos com a reforma de Temer.

“...parece-me evidente que o objetivo das elites brasileiras é vender, embrulhado num laço de fita, um “canto de sereia”, uma ideia “genial” de que a juventude mais pobre, os de baixo como dizia o mestre Florestan Fernandes, deve abandonar o conhecimento científico acumulado ao longo de séculos, o espírito crítico que forma consciência e os prepara para a emancipação, para a reflexão social e para a política necessária nessa etapa da vida, de decisões e definições do que será a vida adulta, substituindo as disciplinas tradicionais por pérolas como “RPGConquistadores do Mundo”, “Torne-se um milionário” ou “Meu mundo, meu futuro, me ajuda a construir”.

IVAN VALENTE
Deputado Federal PSOL/SP

Escritório em São Paulo:
Rua Ytaipu, 357 • Saúde • SP • CEP 04052-010
(11) 95050-4188
ivalente@uol.com.br

Gabinete em Brasília:
Gabinete 230 • Anexo IV • CEP 70160-900
(61) 3215-5230
dep.ivanvalente@camara.leg.br

@IvanValente
www.ivanvalente.com.br
/IvanValentePSOL
ivalente@uol.com.br
@ivanvalentepsol
11 95050-4188